

# **Parecer da Agência Nacional de Inovação ao Plano de Recuperação e Resiliência**

**1 de março de 2021**

- 1) Sendo este o contributo da ANI (Agência Nacional de Inovação), o foco desta análise será apenas e estritamente nos aspetos ligados à inovação de base científica e tecnológica e à I&D e inovação colaborativa, na proposta de PRR. Assim, no concreto, considera-se muito positiva a inclusão da Componente C5, que visa precisamente estas temáticas.
- 2) A proposta da componente C5 já apresenta uma sugestão de “uma dúzia” de potenciais áreas temáticas, incluindo a agricultura, selecionadas de forma “top-down”, mas não deixa de referir que não se trata de uma lista fechada, o que se saúda, permitindo que, em devido tempo, possam surgir propostas “bottom-up” que se apresentem como também adequadas para apoio pelo PRR.
- 3) Muitas destas áreas temáticas pré-identificadas no C5 aparecem no PRR também com componentes específicas (Cx) como silos aparentemente estanques, onde, com a notável exceção da Bioeconomia Sustentável (C12), a inovação está ausente. Mesmo no C3 (Respostas Sociais), onde, nos objetivos, aparecem dois que apontam para o “desenvolvimento de soluções inovadoras”, uma análise mais fina das medidas concretas a implementar mostra que a inovação não aparece, nem se vislumbra sequer que possa ser incluída de forma implícita.
- 4) Ou seja, na grande maioria das componentes temáticas (Cx), a inovação está ausente. Ora, sendo objetivo do PRR (dimensão resiliência, página 6 do documento colocada a consulta pública) a “inovação e renovação do tecido produtivo e empresarial nacional”, não se compreende, portanto, que a inovação fique limitada à parte transversal da componente C5. A Inovação deve estar intrínseca e expressamente presente em todas (ou, pelo menos, na grande maioria) as diferentes Componentes (Cx), quer as destinadas ao setor produtivo, quer às dedicadas à modernização da administração pública. É necessário ter um PRR com uma abordagem muito mais aberta à inovação.
- 5) Sem tentarmos ser exaustivos, não se compreende a ausência de uma significativa componente de ID e inovação nas componentes dedicadas à Transição Verde e à Transição Digital, às Energias Renováveis e às Florestas, à

Gestão Hídrica e à Descarbonização. Será que o Hidrogénio se vai limitar a aplicar tecnologias (estrangeiras) já existentes e não temos a ambição de desenvolver novos processos, tecnologias e utilizações? O mesmo se poderia dizer para os edifícios e a eficiência energética, por exemplo. A realidade dos últimos anos, que permitiu uma substancial internacionalização do setor produtivo nacional (bens e serviços), foi construída na base de uma forte componente de inovação, com uma importante componente colaborativa entre o Setor Empresarial e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (Instituições de Ensino Superior, Institutos de ID, Laboratórios Associados, Laboratórios de Estado, Centros Tecnológicos e de Interface e, mais recentemente, os Laboratórios Colaborativos). Sem esta colaboração entre setores, nunca teria sido possível a Portugal atingir o padrão de exportações dos últimos anos, nem atingir, por exemplo, uma posição de liderança amplamente reconhecida na incorporação de eletricidade renovável variável na rede nacional. A grande digitalização das empresas que já ocorreu foi toda fortemente apoiada pelo SCTN.

- 6) É, também, nas componentes da digitalização e da descarbonização da indústria que se encontra uma notável debilidade desta proposta de PRR. O papel dos novos Digital Innovation Hubs, que vão estar intimamente ligados aos já existentes Clusters de competitividade, centros de interface e laboratórios colaborativos, aparecem desligados destes, em componentes Cx distintas, e com óbvias duplicações. Sugere-se uma integração e coordenação destas componentes, visando uma maior racionalidade e eficácia de meios e processos que não poderá deixar de produzir melhores resultados.
  
- 7) Portanto, defendemos que todas as componentes Cx do PRR devam ter uma componente de ID e inovação, não se limitando a aplicar as soluções de mercado existentes a não ser para responder às necessidades mais urgentes que não sejam compatíveis com a duração normal de processos de desenvolvimento de novos produtos e serviços inovadores. Algumas destas componentes (Cx) deveriam mesmo incluir processos de Compras Públicas Inovadoras, promovendo dinâmicas de cocriação entre empresas e compradores públicos, retirando algum risco para os promotores ao assegurar um primeiro cliente caso as empresas sejam bem sucedidas nos seus projetos. É preciso reservar um

pouco mais para investir num futuro sustentável e inovador que garanta às empresas nacionais a possibilidade de desenvolverem soluções mais inovadoras que, a médio prazo, lhes confirmem a capacidade de melhor competir nos mercados internacionais. Esta é uma ambição que não se vê nesta proposta de PRR.

- 8) Assim, queremos enfatizar a necessidade de reservar pelo menos uma pequena percentagem de cada componente Cx para desenvolver produtos ou serviços inovadores, e que estas vertentes sejam coordenadas com a componente C5 por forma a maximizar as sinergias e a evitar quaisquer duplicações.
  
- 9) A inovação, em todas as componentes (Cx) deve também sempre favorecer a forma colaborativa entre as empresas e o SCTN, que se tem demonstrado tão eficaz nas últimas décadas. Falta claramente mais ênfase na Inovação Colaborativa nesta proposta de PRR.
  
- 10) Finalmente, duas notas mais gerais, mas não menos importantes:
  - a. Falta mais ambição de colaboração internacional no PRR e na internacionalização das entidades do nosso sistema de inovação. Embora se fale nalguma colaboração em projetos na interface fronteiriça com a Espanha, o PRR é omissivo no aproveitamento de oportunidades para projetos em colaboração com outros países, sobretudo em domínios onde não temos massa crítica nacional, nomeadamente com projetos promovidos pela União Europeia (IPCEI ou outros), ou iniciativas como o *BauHaus* Europeu ou as Missões e Parcerias Industriais do Horizonte Europa.
  - b. A implementação do PRR não pode ser uma repetição dos modelos altamente burocratizados do PT2020, do QREN ou dos seus antecessores. O modelo de Governação apresentado deverá ser mais ágil e simples em termos de coordenação. Também aqui é necessário inovar e, sobretudo, simplificar e agilizar.